



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

Ofício nº 002/2025 – SNJ.GP

Leme, 10 de janeiro de 2025.

Excelentíssimo Senhor:

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei Complementar que *“Autoriza o Poder Executivo Municipal a delegar aos Secretários Municipais a competência para ordenação de despesas, e dá outras providências”*.

Solicitamos que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos Ilustres Vereadores, em regime de urgência, de conformidade com o artigo 194, do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Leme.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
Prefeito do Município de Leme

Ao Excelentíssimo Senhor.

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR _____/2025.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a delegar aos Secretários Municipais a competência para ordenação de despesas, e dá outras providências”.

Art. 1º – Fica delegada competência, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo, para os titulares das Secretarias Municipais, nas respectivas áreas de atuação e nos limites dos créditos estabelecidos no orçamento, para prática dos seguintes atos:

§1º - Ordenação de despesas das respectivas unidades orçamentárias e dos fundos a elas vinculados, nos limites dos correspondentes créditos orçamentários.

§2º – Exclui-se da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, desta Lei, a ordenação de despesas com pessoal, encargos sociais e estagiários da Administração Direta, cuja competência é privativa do titular da Secretaria Municipal de Administração.

§ 3º – Exclui-se da delegação estabelecida nesta Lei, por ser de competência exclusiva do Prefeito Municipal:

I – as operações de crédito, empréstimos e financiamentos, que deverão ser firmados pelo Prefeito Municipal;

II – Os instrumentos de alienação, cessão ou concessão de bem patrimonial mobiliário ou imobiliário, os instrumentos de aquisição de bem patrimonial imobiliário e instrumentos de cessão de pessoal.

§ 4º – As competências delegadas nesta Lei poderão ser avocadas específica ou genericamente pelo Prefeito Municipal.

§ 5º – Entende-se como Ordenador de Despesa a autoridade investida do poder de realizar despesa que compreenda os atos de empenhar, liquidar e ordenar o pagamento, adiantamento ou dispêndio de recurso pelos quais responda.

§ 6º - O Ordenador de despesas responderá administrativa, civil e penalmente pelos atos de sua gestão.

Art. 2º – Considera-se, para os efeitos desta Lei, ordenada a despesa a partir da respectiva requisição de compras, responsabilizando-se como seu ordenador, o titular do órgão cuja dotação orçamentária for onerada.

§1º - Nenhuma despesa poderá ser realizada sem o prévio empenho.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

§ 2º - O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

Art. 3º – É competência dos Secretários Municipais e respectivos Gestores de Contratos, Consórcios, Convênios e similares o ato de liquidar despesas, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º – As notas de empenho serão emitidas pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 5º - Ficam convalidados os atos de ordenação de despesas realizados precedentemente a presente lei.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 10 de janeiro de 2025.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Submeto à apreciação desta Egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei Complementar que visa autorizar o Poder Executivo Municipal a delegar aos Secretários Municipais a competência para ordenação de despesas no âmbito de suas respectivas Secretarias, com o objetivo de aprimorar a gestão pública e assegurar maior eficiência na execução dos serviços prestados à população.

CONSIDERANDO a necessidade de imprimir maior dinamização ao serviço público municipal, seguindo os princípios da descentralização, eficiência e modernização administrativa, o presente projeto se propõe a estabelecer um novo modelo de gestão pública, que permita uma maior celeridade e autonomia na execução orçamentária, sem abrir mão do controle e da responsabilidade fiscal.

CONSIDERANDO o conceito legal de "ordenador de despesas" à luz do § 1º, do Art. 80 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que define que: "Ordenador de despesas é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda." A definição de ordenador de despesas, conforme a legislação federal, abrange as autoridades responsáveis pela gestão dos recursos financeiros, ou seja, aqueles que têm competência para autorizar, empenhar ou pagar despesas no âmbito de suas respectivas atribuições.

CONSIDERANDO que a legislação vigente permite ao administrador público a delegação de funções dentro de limites bem definidos, com a finalidade de assegurar que os recursos financeiros sejam aproveitados de maneira sensata e eficiente, atendendo às necessidades da coletividade, que é o principal objeto da atividade financeira da Administração Pública, o presente Projeto visa tornar mais eficaz a execução orçamentária no Município.

O objetivo deste Projeto de Lei Complementar é permitir que os Secretários Municipais possam atuar como ordenadores de despesas em suas respectivas áreas, dentro dos limites e diretrizes estabelecidas pela Lei Orçamentária Municipal (LOA), promovendo a descentralização da gestão financeira e orçamentária. Essa medida trará os seguintes benefícios:

Aumento da Eficiência Administrativa: A descentralização da função de ordenação de despesas permitirá que as Secretarias Municipais tomem decisões mais ágeis sobre os recursos disponíveis, sem a necessidade de submeter cada processo ao Prefeito, o que pode gerar



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

atrasos e comprometer a execução de programas e serviços essenciais à população.

Descentralização e Autonomia: Ao delegar a competência para ordenação de despesas aos Secretários, a proposta visa fortalecer a autonomia das Secretarias Municipais, respeitando as especificidades de cada área e proporcionando uma gestão mais eficaz e alinhada às necessidades locais.

Maior Agilidade nos Processos: A delegação de competência visa reduzir a burocracia e garantir maior agilidade na execução das políticas públicas, possibilitando um melhor atendimento às demandas da população.

Aperfeiçoamento do Controle e Fiscalização: A proposta não exime o Poder Executivo Municipal do dever de fiscalizar e controlar os atos administrativos. A responsabilidade do Prefeito em monitorar o cumprimento das normas fiscais e orçamentárias será mantida por meio dos órgãos de controle interno e externo, como a Controladoria Municipal e o Tribunal de Contas.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, estabelece os princípios da administração pública, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A descentralização da função de ordenação de despesas alinha-se com esses princípios, pois facilita a execução das políticas públicas e melhora a utilização dos recursos públicos.

Ademais, o § 1º do Art. 80 do Decreto-Lei nº 200/1967, citado acima, autoriza a delegação dessa competência às autoridades competentes, o que confere respaldo legal para a implementação deste Projeto.

A delegação da competência para a ordenação de despesas será realizada de maneira regulamentada, com base nas normas do orçamento municipal e respeitando as limitações previstas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Os Secretários Municipais, ao assumirem a responsabilidade por essas funções, deverão observar a correta aplicação dos recursos públicos e cumprir com as exigências legais e normativas, garantindo a transparência e a correta execução dos processos administrativos.

Diante dos expostos, a aprovação deste Projeto de Lei Complementar permitirá uma gestão pública mais ágil e eficiente, com a descentralização da competência para ordenação de despesas, a fim de promover o melhor aproveitamento dos recursos financeiros, bem como a entrega de resultados mais rápidos e satisfatórios à população.

A propositura em tela guarda perfeita consonância com as determinações estabelecidas na Constituição Federal, bem como está adequada às normas e diretrizes contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo desnecessário o acompanhamento da estimativa de impacto orçamentário e financeiro (Art. 17, § 1.º, LRF) e declaração do ordenador de despesa sobre adequação orçamentária e financeira às Leis Orçamentárias (Art. 16, I, LRF), visto que se trata de texto legal que não gera novas despesas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

Assim, conto com o apoio dos Senhores Vereadores para a aprovação deste Projeto, que representa um passo importante para a modernização administrativa e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à nossa comunidade.

Leme, 10 de janeiro de 2025.

CLAUDEMIR APARECIDO BORGES

Assinado por 1 pessoa: CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/19AD-2BA1-11FB-6027> e informe o código 19AD-2BA1-11FB-6027



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 19AD-2BA1-11FB-6027

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLAUDEMIR APARECIDO BORGES (CPF 340.XXX.XXX-18) em 14/01/2025 09:12:52 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://prefeituraleme.1doc.com.br/verificacao/19AD-2BA1-11FB-6027>